

AFRODESCENDENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: A INCLUSÃO DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

Alexandre Luiz Dalagasperina*

Teresa Machado da Silva Dill**

RESUMO

Uma das finalidades da educação escolar destina-se a compreensão sobre como as coisas são pensadas e produzidas historicamente, para que as pessoas tenham condições de optar e construir seus caminhos com mais segurança, tanto na vida pessoal, quanto na social. A partir de 2002, o Ministério de Educação (MEC) instituiu algumas medidas relativas a temas que permitem compreender e desconstruir os preconceitos que ferem a dignidade humana na sociedade brasileira. Em março de 2003, foi sancionada a Lei n. 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do estudo da História da África e dos Africanos na Educação Básica e na Educação Superior, como meio de reconhecer a figura do negro na construção da sociedade brasileira, na tentativa de discutir e refletir sobre o tema do racismo, reconhecendo o processo de exclusão da população negra neste país. Por meio da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR/3003), graças à luta do movimento negro, o MEC instituiu as políticas e diretrizes para a igualdade racial e proteção dos direitos dos grupos raciais e étnicos discriminados. Esse reconhecimento, perante a lei e a implementação, implica na justiça de iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicas, bem como a valorização de diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira, e isso requer mudanças nos discursos, raciais, lógicos, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras, combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial.

Palavra-chave: História. Afrodescendente. Preconceito. Educação.

*Graduado em História pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Este artigo é resultado da pesquisa realizada no curso de pós-graduação em Educação e a Interface com a Rede de Proteção Social pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), no período de 2013 a 2015. *E-mail:* <ad@unochapeco.edu.br>.

** Orientadora, mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professora na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

INTRODUÇÃO

Historicamente, a população negra no Brasil foi concebida e referida sob a ótica da escravidão, ou seja, no âmbito das relações de trabalho e de produção. Assim, a figura do negro vai adquirindo uma identidade preconceituosa e distante do debate sociocultural e étnico-racial. Assim, a desigualdade foi legitimada no sistema de ensino, o que pode ser evidenciado nos decretos que promoviam o preconceito, tais como, o decreto 1.331, de fevereiro de 1854, estabelecendo que nenhuma escola pública admitiria negros, e, mais tarde, em 1878, com o decreto 7.031-A, que admitia o negro na escola somente no período noturno para que não houvesse o contato com o branco.

Quando se fala que a educação é um dos espaços que permite compreender e promover novas culturas, requer levar em consideração que, historicamente, foram instituídos pensamentos e posturas de conceber o outro, o diferente como inferior. Muito embora a partir de 2002 instituíram-se possibilidades que desencadearam certas compreensões e reconhecimentos da existência de preconceitos raciais, a realidade revela que há uma distância considerável para construir outro jeito de olhar para o diferente dos padrões estabelecidos pelo modelo de sociedade instalada desde o século XIX, quando se consolida o sistema capitalista.

Foi com essas reflexões que nasce a pesquisa que constituiu este artigo, por meio da seguinte indagação: em que medida os documentos/base legal indicam e garantem a inclusão do tema das questões étnico-raciais e afrodescendentes na Educação Básica? Os objetivos consistem em refletir sobre o processo de negação da cultura afrodescendente na sociedade brasileira, refletir sobre as políticas afirmativas, investigar os documentos relativos à inclusão das questões étnico-raciais na Educação Básica; compreender quem são os afrodescendentes, sua cultura, sua luta pela igualdade com a sociedade e perceber como a escola dialoga sobre tais questões. O interesse por este estudo nasceu do anseio de compreensão sobre quem são os afrodescendentes e como esses são concebidos na sociedade brasileira.

O estudo foi realizado com a seguinte metodologia: estudo e análises de livro que tratam do referido tema, diálogo com alguns professores de uma escola de

Educação Básica da rede estadual do município de Chapecó (SC), estudos das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da África e dos Africanos e o Plano Nacional de implementação das Diretrizes. O artigo discute os seguintes aspectos: quem são os afrodescendentes; o surgimento do Movimento Negro e a criação e implantação da Lei de 1.639/03; e diálogo com alguns professores da rede Estadual de Chapecó.

1 QUEM SÃO OS AFRODESCENDENTES?

Para responder essa pergunta, fez-se necessário, antes, trazer à luz da história alguns aspectos relativos às relações sociais que vão se estabelecendo com o processo produtivo. Os estudos indicam que desde os tempos remotos, para garantir o aumento da produção, se estabeleciam as relações de dominação entre os homens, o que se convencionou chamar de processo de escravidão. No Brasil, por mais de três séculos, utilizou-se a mão de obra escrava para garantir o enriquecimento da classe dominante, de acordo com as características de produção instalada em cada época, como produção do açúcar, extração dos metais preciosos, produção cafeeira, entre outras.

Uma das estratégias para justificar a escravidão partiu-se do princípio de que os que não eram concebidos como semelhantes aos proprietários eram considerados inimigos ou inferiores, sendo que a maior fonte de escravos foram as guerras. Os “derrotados” eram postos a trabalhar ou comercializados pelos “vencedores” (SOUZA, 2013).

A instalação dessa prática no Brasil foi pelo processo de exportação da população africana, trazidos com as piores condições imagináveis, em porões imundos dos navios, com pouca comida e bebida, muitos morriam no caminho por contraírem doenças e/ou por maus-tratos. Chegando ao Brasil, eram levados a galpões e vendidos aos grandes senhores. Chamados de recém-chegados, tornavam-se escravos. Não falavam e nem entendiam o português eram chamados de boçais, termo usado para um povo de cultura inferior com comportamento animalesco, nus e de religião desconhecida, essa chamada pelos portugueses de feitiçaria. Aprendendo a língua portuguesa, eram chamados de ladinos, pois eram

obedientes e desempenhavam um bom trabalho. Existia também a denominação de crioulos, que eram os nascidos no Brasil, geralmente, batizados, tendo o português como seu primeiro idioma e com comportamentos dos europeus (SOUZA, 2013).

O parágrafo acima não indica nenhuma novidade em termos de conhecimentos históricos; mas cabe chamar a atenção pelas formas como esta história foi ensinada; repassada como natural, sem nenhuma reflexão sobre as relações de poder, de dominação e exclusão aos diferentes, de concebidos como inferiores. Esse jeito de desenvolver o processo pedagógico, ensinar e de aprender, contribuiu para conceber as coisas de forma preconceituosa.

As formas com que as literaturas abordavam os africanos, como negociados nos mercados e designados a diversas tarefas, desde os serviços domésticos a serviços como a exploração do ouro, produção do açúcar, carregadores, carpinteiros, barbeiros, alfaiates, vendedores ambulantes, tornando-se escravos, naturalizavam essas práticas. Alguns autores trazem à luz da história reflexões que permitem a compreensão de como se instituiu essa prática ferindo a dignidade humana. Souza (2013) revela como o processo de naturalização da escravidão, ensinado nas escolas, tem implicações profundas nas formas de conceber essa população como inferior.

Uma cultura que se configurou por mais de trezentos anos foi o que instituiu a consolidação da cultura afro-brasileira, por meio da formação de comunidades negras, de africanos e seus descendentes, escravos, libertos ou livres, com alguns costumes da dominação que foram absorvendo, mas também com cultura trazida da África. Assim é que foi se instituindo a denominada população afrodescendente.

Conforme Souza (2013), o número de homens africanos era maior do que mulheres africanas, pois eram mais desejados nos trabalhos pesados, como no plantio e no transporte. Na sua terra natal, o homem africano podia ter mais de uma mulher e a mulher podia ter mais de um homem. Com a mistura de culturas, apesar da influência dos brancos em seu cotidiano, o africano também passava seus conhecimentos, principalmente, nas práticas religiosas.

A religião africana se dava pela crença de que as pessoas entravam em contato com entidades sobrenaturais, espíritos, deuses e ancestrais, criando, assim, um novo laço de novas identidades e comunidades que aproximavam os africanos.

Por serem chamados pelos portugueses de rituais demoníacos, eram perseguidos pelo Tribunal da Inquisição que condenava a prática por não corresponder aos padrões da classe dominante vigente.

Os africanos entendiam que para resolver problemas do cotidiano somente uma entidade sobrenatural que dominava os conhecimentos poderia ajudar. Especialistas em cura e adivinhações, intermediários entre o homem e o sobrenatural, eram chamados de feiticeiros ou curandeiros. Assim, tornavam-se membros importantes em certas comunidades. Por isso, recorriam a ritos de adivinhação para encontrar pessoas desaparecidas, curar doenças, amansar os senhores, conquistar o sexo oposto, fechar o corpo contra agressões. Ritos que, muitas vezes, fazia com que a entidade sobrenatural incorporasse no feiticeiro e falasse com a pessoa, orientando sobre como solucionar o problema. Também utilizavam a leitura de riscos no chão, no qual jogavam pedras, conchas, consultavam em cabaças nas quais saíam vozes, bacias de água onde apareciam imagens, conforme o resultado, teriam de fazer alguma coisa para que se voltasse ao normal, beber e depois deviam ser feitos com alguns ingredientes como extrato de plantas, dentes, penas de animais, unhas, cabelos da pessoa no qual queria agir (SOUZA, 2013).

Outra prática também muito utilizada pela comunidade negra eram as bolsas de mandigas, em que a pessoa ficava com um saco com ingredientes junto ao corpo. Guerreiros utilizavam várias dessas bolsas acreditando, assim, serem imunes às armas dos inimigos.

Os rituais do candomblé e umbanda foram práticas e crenças que cresceram no Brasil no século XIX. Essas práticas contrapunham-se aos sacerdotes, orientando as pessoas sobre como resolverem seus problemas. Os rituais religiosos representavam uma espécie de conforto e segurança às comunidades negras. Em meados do XX, elas começaram a ser aceitas como espaço de exercícios de religiosidades afro-brasileiras (SOUZA, 2013). Essas diferentes maneiras de expressar sua adoração por um ser divino, que os ajudariam a resolver problemas, foram importantes para a construção das comunidades negras na sociedade brasileira, criando valores e identidades que se aproximavam de seus antepassados.

O catolicismo também teve grande importância na construção de novas comunidades africanas. Todo africano escravizado era obrigado pelos senhores a aprender a religião e somente aceitos se estimulados pela Igreja Católica e pela administração colonial. Seu objetivo era cuidar do culto do santo, enterrar os irmãos mortos, cuidar de doentes e, principalmente, realizar festa de adoração ao seu santo. O chefe dessas irmandades era empossado na Igreja e comemorado com danças e cantos pelas ruas, ao som ritmos e instrumentos africanos. Era procurado para resolver problemas que surgissem entre os membros ou entre estes com os seus senhores. Também era escolhido um líder para essas comunidades negras que se organizaram no Brasil.

Por meio deste estudo, constata-se a formação histórica dos afrodescendentes. Inseridos na sociedade, foram obrigados a se adaptar aos costumes da grande maioria. As várias tribos diferentes de africanos, com costumes e línguas diversos, com a miscigenação entre os europeus, principalmente aos portugueses, e os índios, constituíram os denominados afrodescendentes. Não havia aceitação sobre a condição de escravidão naquela época, podemos representar os quilombos como sendo um dos principais movimentos contra a escravidão.

2 O SURGIMENTO DO MOVIMENTO NEGRO

Em uma sociedade diferente e obrigados a trabalhar sem nenhuma condição, os africanos foram resistentes em fazer parte dessa sociedade. Houve várias formas de resistir à escravidão, pela fuga ou pela negociação de melhores condições de vida e de trabalho.

A fuga foi a maneira mais radical de resistência que os africanos tinham de escapar da escravidão. Escondiam-se em lugares de difícil acesso, fugindo juntos ou sozinhos, com um plano ou com uma oportunidade de libertação. Por meio dessas fugas, foram criados os quilombos, onde podiam ter poucas pessoas, centenas ou até milhares. Os maiores eram ligados às grandes cidades, onde a economia e a mão de obra eram maiores. O quilombo dos Palmares foi o mais conhecido no Brasil, por ser o maior e o que mais resistiu. Formado no século XVII, foi destruído

em 1694. Sua forma de se organizar possuía bastante semelhança com a cultura da região da Angola, principalmente, as técnicas de guerrilha empregadas de proteção ao quilombo (SOUZA, 2013).

Palmares, assim como outros quilombos do Nordeste, estava ligado à economia do açúcar e se espalhava por terras cheias de palmeiras, sendo composto por um conjunto de aldeia. Cada aldeia tinha um chefe, membro de um conselho que governava todos.

Zumbi e quilombo dos Palmares foram os mais importantes marcos de resistência à escravidão, nos quilombos reconquistavam sua liberdade, vivendo do cultivo da terra, da caça, da pesca, produzindo seus tecidos, seus instrumentos de trabalho e armas. Muitos escravos fugidos não se refugiavam em quilombos, iam para longe de onde estavam e diziam ser livres ou libertos, oferecendo-se para trabalhar em troca de pagamento, ou seja, entrando na lógica do capitalismo.

Em meados do século XIX, no Brasil, ainda existiam africanos em condição de escravidão, mas a grande maioria estava “livre”, ou libertados pelos senhores ou aqueles que compraram sua liberdade. Aos poucos, a população negra ia aumentando e com ela as restrições para a escravidão, não somente aos negros, mas a toda a sociedade, contando com o apoio de liberais, advogados, jornalistas e até mesmo políticos negros, mestiços e brancos que defendiam a total abolição da escravidão no País, influenciando a opinião pública.

Cabe ressaltar que a abolição somente foi assinada graças à luta e resistência dos escravos, das fugas em massa, de parte da sociedade que começou a pensar de outra maneira, questionando o modelo escravista, argumentando que não cabe ao homem escravizar outro homem. Daí por diante, a busca pela igualdade começa a ser visível, não somente no Brasil, mas em várias partes do mundo.

Nos anos de 1960 e 1970, os movimentos negros, tendo como motivação os vários acontecimentos pelo mundo, como de Nelson Mandela, na África, e Martin Luther King, nos Estados Unidos, lutam dos ideais e seus direitos. No Brasil, evidencia-se essa luta com o reconhecimento do movimento negro unificado, que, a partir de 1977, começou a aplicar ideais contra o racismo. Teve sua principal importância no processo de redemocratização do País em 1988, movimento que,

além das várias conquistas, serviu para combater o racismo. Somente em 1990 as entidades a favor do negro começaram a pensar medidas e políticas de reconhecimento à população negra, tendo como principal destaque a marcha de Zumbi (NEGROS NO BRASIL, [20--]).

Somente nos anos 2000 se instituem medidas que buscam combater a desigualdade e o processo de exclusão dos afrodescendentes, com leis que possibilitam um outro olhar. Leis como o programa de bolsa de estudos, a inclusão do negro na universidade, por meio das cotas raciais, e a distribuição de terras sem distinção garantem direitos que somente há pouco tempo se reconhece. A atenção na criação e implantação da lei que torna obrigatório o ensino de História da África e dos africanos no Ensino Fundamental e Médio. É lamentável que tenha de ser por meio de leis, e não da consciência e mudança de cultura proporcionada pelo processo educativo.

Por outro lado, se bem trabalhado o tema da inclusão das questões étnico-raciais no ambiente das escolas, é possível que se construa a consciência de reconhecer a existência de uma grande diversidade étnico-racial neste país, de dimensão continental e marcado, historicamente, pelas relações de exploração e exclusão das populações afrodescendentes e indígenas.

O estudo relativo ao movimento negro permitiu compreender que a luta do africano foi intensa desde o início da escravidão, com a criação de quilombos, figurado em um líder Zumbi, o rei dos palmares. Cabe destacar que, com a assinatura da Lei Áurea, os negros construíram outras formas de lutar pela igualdade na sociedade. A partir do século XX, começaria uma reviravolta positiva neste movimento. Os movimentos liderados por Nelson Mandela e Martin Luther King influenciaram, significativamente, na mudança de várias comunidades negras no mundo inteiro.

3 A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA LEI N. 10.639/03

A educação constitui-se como um dos principais espaços que permitem ao conhecimento, reflexão e tomada de decisões sobre qualquer aspecto da sociedade, isso quando pensada numa perspectiva de emancipação, de libertação das pessoas.

É notória, nos discursos e literaturas, a afirmação de que é função da escola estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Sendo assim, a educação se torna um essencial instrumento de formação de qualquer indivíduo viver e interagir na sociedade, abrindo caminhos para ampliação da cidadania.

Em 2003, o então presidente da República, Luiz Inácio da Silva, passou a redefinir o papel do Estado como propulsor das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre os brancos e os negros, apontando para a necessidade de intervir de forma positiva para combater as desigualdades raciais (BRASIL, 2013).

Em março de 2003 foi sancionada a Lei n. 10.639, que altera a LDB e estabelece as Diretrizes Curriculares, instituindo o ensino de História da África e dos Africanos no currículo escolar fundamental e médio. Na busca de formas de informar a sociedade sobre o racismo sofrido pela população negra, a primeira gestão do presidente Luiz Inácio da Silva criou, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), representante da reivindicação do movimento negro em âmbito nacional e internacional, com a responsabilidade de criar políticas e diretrizes para a igualdade racial e proteção dos direitos dos grupos raciais e étnicos discriminados.

Em fevereiro 2004, o Ministério da Educação (MEC) criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e inclusão (SECADI), com o objetivo de desenvolver e aplicar políticas de inclusão educacional, implementando, no sistema de ensino, conteúdos e informações sobre as desigualdades brasileiras, as diversidades étnico-raciais, culturais, de gênero, social ambiental e regional do território nacional. Abordam, também, políticas de alfabetização e educação de jovens e adultos, de juventude, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola e educação para as relações étnico-raciais.

O Parecer CNE/CP n. 01/2004, aprovado em 10 de março de 2004 e homologado em 19 de maio de 2004, define políticas afirmativas na área da educação, direitos ao negro, negras e cidadãos em geral ao acesso às etapas e modalidades de ensino da Educação Básica. Para isso, faz-se necessário qualificar

profissionais da educação para atuarem nessa área. Com isso, haverá na escola uma mudança de pensamentos e comportamentos no convívio entre uma sociedade com diferentes grupos étnico-raciais.

Para garantir o que prevê a lei, foi criado o “Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”. De acordo com o parecer dessa resolução, o plano foi criado no intuito de proporcionar à população afrodescendente as políticas afirmativas, para reparação, reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Nessa perspectiva, propõe-se a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial.

Assim, todos os descendentes, sejam de africanos, sejam de indígenas ou europeus, terão oportunidades de participar na construção de uma sociedade democrática, onde todos os indivíduos tenham seus direitos garantidos e suas identidades valorizadas, ao menos, instituído como base legal (BRASIL, 2013).

O MEC também criou ações para a inclusão e permanência do aluno de baixa renda no Ensino Superior, o PROUNI, que atende o aluno da escola pública ou particular com uma renda *per capita* de até três salários mínimos em uma condição de bolsista integral. Outra ação foi a ampliação das universidades federais, ampliando as vagas na educação superior gratuita, tendo um grande avanço com a sanção da lei que prevê 50% das cotas das universidades federais e institutos federais para estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas.

Na prática de implementação da lei n. 10.639/03, o MEC promoveu políticas de formação de professores na temática da diversidade étnico-racial em todo o País, na confecção de material didático, criação de Fóruns Estaduais e Municipais de Educação Diversidade Étnico-racial e também realizando outras ações para difundir o tema da diversidade racial, como oficinas cartográficas sobre Geografia Afro-brasileira e Africana e o programa Cultura Afro-brasileira, desenvolvido entre 2005 e 2006, tendo como objetivo prestar assistência financeira para a formação de professores e material didático na temática étnico-racial na Educação Básica (BRASIL, 2013).

O “Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, através da Lei n. 10.639/03, atribui responsabilidades entre os diferentes atores da educação, o governo federal, municipal e estadual, conselhos de educação, instituições de ensino, grupos colegiados e núcleos de estudo.

As ações do governo federal para a implantação do “Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” constituem pontos centrais, tendo como maior importância a inclusão das diretrizes em conteúdos propostos na Lei n. 10.639/03 nos programas de formação de funcionários e gestores e outros e promover, de forma colaborativa, com estados, municípios, instituições de ensino superior e entidades sem fins lucrativos, assim como a formação de professores e produção de material didático para atendimento da Lei. Os estados e o Distrito Federal têm como objetivos principais apoiar as escolas para a implantação da Lei 10.639/03, orientar as equipes gestoras e técnicas das Secretarias de Educação, a produção e distribuição regional de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem as especificidades locais e regionais da população e do ambiente, bem como realizar consultas nas escolas sobre a implementação e construir relatórios e avaliações do levantamento relativos a referida temática.

Essa temática deve perpassar tanto a Educação Básica quanto a Educação Superior. Na Educação Básica são evidenciados os problemas sociais e familiares, em que, na grande maioria, as manifestações de racismo, preconceitos religiosos, de gênero, entre outros, estão presente no ambiente escolar. Assim, as Leis n. 10639/03 e n. 11.645/08 determinam que é obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. A Educação Básica é compreendida nas três etapas: Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Na Educação Infantil, as principais ações para a implementação do plano são garantir o acesso e o atendimento seguindo critérios de qualidade em Educação Infantil, possibilitando maior inclusão das crianças afrodescendentes, assegurar a formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura afro-brasileira e indígena e a

implementação nos Programas Nacionais do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca na Escola, ações voltadas para as instituições de Educação Infantil, incluindo livros que possibilitem aos sistemas de ensino trabalhar com referenciais de diferentes culturas, especialmente, a negra e a indígena (BRASIL, 2013).

No Ensino Fundamental, tem como principais ações, para a implementação do plano, assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais dessa etapa de ensino, para incorporação dos conteúdos da cultura afro-brasileira e indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-raciais, promover as bibliotecas e as salas de leitura de materiais didáticos e paradidáticos sobre a temática étnico-racial adequados à faixa etária e à região geográfica das crianças e incentivar e garantir a participar dos pais e responsáveis pela criança na construção do projeto político-pedagógico e na discussão sobre a temática étnico-racial. Por último, o Ensino Médio, a implementação do “Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” tem como principais ações ampliar a oferta e a expansão do atendimento, possibilitando maior acesso dos jovens afrodescendentes ao Ensino Médio, contribuir para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e interdisciplinares, que possibilitem ao educando o entendimento de nossa estrutura social desigual, e incluir nas ações de revisão de currículos a discussão da questão racial e da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena como parte integrante da matriz curricular (BRASIL, 2013, p. 51).

Em diálogo com quatro educadores da rede estadual de Educação Básica do município de Chapecó, questionamos: enquanto educadores, conheciam a resolução n. 10.639/03, acerca da implantação do “Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” na Educação Básica? Participou de discussão e estudos sobre a mesma? Trabalhou conteúdos relativos a esta resolução? Em sua opinião, o que é necessário para desenvolver esse estudo na Educação Básica?

Podemos observar que todos os professores participantes conhecem a resolução n. 10.639/03, discutiram ou na graduação, como disciplina, ou por

capacitação oferecida pelos governos Estadual e Federal. Todos trabalharam conteúdos diversos sobre a cultura afro-brasileira, pela desconstrução do preconceito ou pela vinda dos povos africanos para o Brasil. Na última questão houve um consenso que falta material didático e maior capacitação de educadores. Também precisa de uma melhor conscientização tanto dos gestores escolares quanto do Estado, pois neste último, mesmo sendo laico, ainda se encontram conceitos e valores cristãos, muitas vezes, não cumprindo a resolução.

O diálogo com os educadores aponta respostas positivas quanto ao conhecimento do educador sobre a resolução, ou seja, que todos conhecem, ouviram falar ou discutiram sobre o tema. Também disseram que todos conseguiram passar, através de conteúdos, a cultura da afro-brasileira, independentemente do material didático. Porém, o preocupante nas respostas deste diálogo é a consciência dos educadores sobre a necessidade de maior capacitação sobre o tema, maiores disponibilidades de materiais didáticos para serem estudados com os educandos e, por último, a continuidade da resistência de alguns gestores sobre a cultura afro-brasileira e a aplicação em seu ambiente escolar.

Canário (2007), ao referir-se à crise da escola contemporânea, indica alguns caminhos que podem contribuir para que o tema em discussão possa mexer com a estrutura do pensamento. Canário adverte que a escola precisa promover o gosto pelo ato intelectual de aprender; que o estudante deve aprender pelo trabalho, e não apenas para o trabalho; que a escola seja o espaço onde o estudante aprenda a ser intolerante com as injustiças e os preconceitos. Se a escola trabalhar nessas dimensões, o tema em questão promoverá grandes mudanças no comportamento das pessoas e, conseqüentemente, no processo de transformação dos problemas sociais e culturais.

Na Educação Superior, encontram-se estabelecimentos fundamentais e responsáveis pela elaboração, execução e avaliação dos cursos da autonomia que oferecem, assim como os projetos pedagógicos dos cursos e planos de ensino articulados à temática étnico-racial. As principais ações para implementação dessa política no Ensino Superior, além de políticas de cotas raciais e outras ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros, negras, indígenas ao Ensino Superior, são construir, publicar e distribuir material didático e bibliográfico sobre as

questões relativas à educação das relações étnico-raciais para todos os cursos de graduação e organizar apoio técnico para a formação de professores e outros profissionais de ensino que atuam na Educação Básica, ou seja, perpassando todos os níveis e modalidades de ensino.

A implantação do “Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” constitui-se como possibilidade de abrir o debate e a contextualização para a compreensão sobre os motivos da construção da cultura preconceituosa.

Acredita-se que só terá sentido abordar esse tema no processo educativo se for no âmbito da reflexão, da instigação de despertar para a consciência e o reconhecimento que o preconceito só existe porque foi construído historicamente pela elite dirigente, decorrente dos padrões estabelecidos na sociedade, da não aceitação e da exclusão dos que não se encaixavam na cultura estabelecida. É preciso provocar a mudança no pensamento e no sentimento. Portanto, a metodologia e o compromisso dos profissionais da educação na implementação dessa política educativa é de fundamental importância, caso contrário, é apenas mais um tema para preencher o tempo da vida escolar.

Para que isso ocorra, o MEC estipulou objetivos e ações: no próprio governo federal, fiscalizar, financiar e produzir material; no governo estadual, ação para capacitar seu educador e oferecer condições de trabalho; no governo municipal, orientar seus gestores e educadores.

Esse reconhecimento, perante a lei e sua implementação, implica na construção da cultura da justiça e de não abrir mão dos direitos sociais, civis, culturais e econômicas, bem como o reconhecimento e o respeito à diversidade aos outros grupos que compõem a população brasileira. Isso requer mudanças no pensamento, gestos e posturas nas relações com as pessoas, para que os discursos não se tornem modismos. Deve combater o racismo, trabalhar pelo combate da desigualdade social e racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcurso deste trabalho, evidenciaram-se, tanto na literatura, quanto nos documentos relativos aos temas da população afrodescendente, preconceitos sociais e raciais, construídos a partir do processo de ocupação e dominação portuguesa, que promovem as relações de dominação e exclusão em relação aos grupos que não se encaixam aos padrões estabelecidos pela sociedade capitalista.

Reconhecer que o preconceito se configurou, historicamente, como construção e que o modelo educativo contribuiu para que se legitimasse, por meio de práticas de repasse de conhecimentos prontos e acabados, sem nenhuma reflexão que permitisse questionar e se posicionar contrário, pode ajudar para que, de fato, aconteça a mudança de pensamento e comportamento na relação com o outro. Outro aspecto significativo é imprimir, no processo educativo, o espírito de solidariedade, de alteridade em todos os níveis e ambientes da educação escolar.

A escola precisa instituir uma política de avaliação permanente em relação às formas metodológicas/pedagógicas e epistemológicas no processo de formação, tanto no que tange à construção profissional, quanto no aprofundamento do diálogo sobre a condição humana. Como garantir que a escola constitua-se como espaço que possibilita e combata os preconceitos e desrespeitos com o diferente, por meio do tema das questões étnico-raciais? Desenvolver uma metodologia de ensino que envolva a gestão escolar, com a implementação do plano no âmbito das capacitações para o educador, para que se sinta capaz e habilitado a ensinar o educando na desconstrução do preconceito, através de material didático atualizado, com conteúdos práticos e de fácil entendimento. A escola é o principal espaço para transformar a sociedade mais digna, que saiba respeitar seu semelhante, seu passado e sua contribuição para a transformação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013. 103 p. ISBN 9788579940798 (broch.).

CANÁRIO, Rui. **E escola tem futuro?: das promessas às incertezas**. Porto Alegre:

Artmed, 2007. 160 p. ISBN 9788536306964 (broch.).

NEGROS NO BRASIL. **Movimento Negro**. [20--]. Disponível em: <<http://negros-no-brasil.info/movimento-negro.html>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2013. 175 p. ISBN 9788508160525 (broch.).